

# *O Fausto caipira: Joaquim Macedo Bittencourt e as faces da modernidade em Ribeirão Preto na Primeira República (1911-1920).*

Rodrigo Ribeiro Paziani\*

## Resumo

Através da personagem Joaquim Macedo Bittencourt, médico e prefeito, analisaremos as intervenções e as mudanças urbanas em Ribeirão Preto durante a Primeira República, os laços de intimidade entre a política e o poder privado da elite cafeeira e os traços de modernidade da cidade.

**Palavras-chave:** história urbana, Ribeirão Preto, modernidade.

Numa onda turbilhonar e cambiante de transformações globais do sistema capitalista, centros como Paris e Londres sofreram, de um modo ou de outro, os efeitos e impasses do “progresso” urbano-industrial do século XIX e experimentaram os espetáculos e as mazes da *modernidade*<sup>1</sup>.

\* Doutorando pela UNESP/Franca e bolsista FAPESP.

<sup>1</sup> HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, 343 p.; PESAVENTO, Sandra J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997, 231 p.; CHARLOT, M. & MARX, Roland (org.). *Londres (1851-1901): A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1993, 191p.

Espelho desse processo, as reformas urbanas de Haussmann (e mesmo antes dele) em Paris foram sintomáticas em todo o Ocidente: imaginada por uma burguesia afinada com os princípios *racionais* e discursos de *ordem*, a Paris reconstruída e *regenerada* da "barbárie" tornar-se-ia palco da ingerência da técnica nos interesses políticos<sup>2</sup>. Entretanto, sabemos que os ideais global e sistêmico de intervenção assumiram feições *parciais* - de acordo com as *condições de possibilidade*<sup>3</sup> - e não menos repulsivas quanto as que se desejavam destruir.

A difusão das imagens míticas de Paris atingiu a *terra brasilis*. A elite intelectual brasileira, formada por médicos, engenheiros e advogados, fomentou uma série de intervenções urbanas entre a segunda metade do século XIX e a Primeira República. A despeito desta temática, centrada em capitais, a historiografia brasileira já se encontra devidamente representada<sup>4</sup>.

Acontece que o interior de São Paulo experimentou, de uma maneira ímpar, o bafio da modernidade e da urbanização. A dispersão desta "semente" pelas ricas e fundantes terras do Oeste paulista constituiu a chamada saga do café e sua indelével marca de ambigüidade<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussmann: Os limites da comparação. O caso de Belo Horizonte. *Revista USP*, v. 26, 1995, p. 195-205.

<sup>3</sup> Idem. "A noção de *condições de possibilidade* (...) engloba não só as noções de introdução e de difusão de modelos, mas especialmente a de apropriação, todas inscritas nas modalidades culturais de recepção. Estas é que dão sentido específico às representações transferidas" (p. 196).

<sup>4</sup> SEVCENKO, Nicolau. (org.). *História da vida privada no Brasil* (3), República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo, Companhia das letras, 2ª reimpressão, 1998 724 p.; CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 190 p.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris-Rio de Janeiro-Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999, 393 p.; LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos, 1870-1913*. São Paulo, Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria da Cultura, 1996, 270 p.; LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero, a reforma urbana do início do século XX*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991, 168 p.

<sup>5</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. A régua e o compasso nas terras do café: a *haussmanização* das cidades do interior paulista na República Velha. *Anais do XI Encontro Regional de História. "História e exclusão social"*, p. 54-57. Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes. ANPLUH/MG, 27 a 31 de julho de 1998. Segundo nossa concepção, das relações ambíguas entre público/privado, rural/urbano, civilização/barbárie, imigrante/coronel forjaram a chamada *Belle Époque caipira*. Walter Benjamin, refletindo a respeito da cidade em um de seus aforismos, resume, de uma forma precisa e poética, o sentido que pretendo conceber à história urbana de Ribeirão Preto na Primeira República. Eis o fragmento: "Assim como todas as coisas que estão em um irresistível processo de mistura e impurificação perdem sua expressão de essência, e o ambíguo se põe no lugar do autêntico, assim também a cidade". In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1ª ed., 1987, p. 25.

O processo de urbanização em Ribeirão Preto, fruto do movimento de antigos proprietários, profissionais liberais e principalmente imigrantes, resultou numa sociedade de espírito aventureiro e uma elite que não distinguia a existência dos papéis público e privado. Esta, de patente de coronel e sangue (i)migrante, atraía os empreendimentos por intermédio da invasão privada aos domínios da esfera pública<sup>6</sup>. Os “progressos” de Ribeirão Preto surgiam assim da ambigüidade: condutora dos investimentos na cidade, ela fundia o *urbano* aos seus domínios *rurais*<sup>7</sup> - proprietários de café como Francisco Schmidt, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Martinho Prado e Iria Alves Ferreira formavam a rede de poder político local e nacional.

Para ocupar a Câmara Municipal, seria necessária a indicação de homens letrados, dotados de um discurso competente e elaboradores de projetos de saneamento, higiene e embelezamento. Entre eles, destacou-se o médico baiano Joaquim Macedo Bittencourt (1862-1927). Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1883 e Delegado de Polícia em Barra Mansa (RJ) entre 1884 e 1892 ele seguiu, neste mesmo ano, pelos trilhos da ferrovia Mogiana e iniciou sua própria saga rumo a Ribeirão Preto. A cidade, em nascente mudança, ainda possuía ares “pacatos”<sup>8</sup>.

A posição de destaque nos interstícios do poder público, tanto nas campanhas de erradicação da febre amarela no município entre 1902 e 1905 - que lhe conferiu prestígio junto a Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, chefe do PRP local - quanto na Delegacia da Higiene, entre 1904 e 1905, permitiram-lhe o acesso rápido ao universo da elite.

<sup>6</sup> A respeito dos laços íntimos de familiaridade e cordialidade na concepção de nossas elites, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 220 p. Sobre a elite cafeeira ver: DOIN, José Evaldo de Mello. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)*. Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Tese (livre docência em História), 2001, vol. 1, 410 p. Sobre a diluição das esferas pública e privada na sociedade moderna ver a respeito: ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 6ª ed., 1993, 348 p.

<sup>7</sup> HOLANDA, op. cit. O autor, de forma magnífica, explica a constituição de nossas cidades, afirmando que o caráter personalista de nossa colonização interferiu na caracterização funcional da elite, que, originária de um meio patriarcal e rural, não compreendia as fronteiras imaginárias das coisas pública e privada.

<sup>8</sup> BITTENCOURT, Edgar de Moura. *Joaquim Macedo Bittencourt, meu pai: Recordações da casa paterna*. São Paulo, Editora Universitária de Direito, 1983, p. 33.

Na condição de administrador, de 1911 a 1920, Bittencourt implementou um projeto de modificações de caráter *parcial*, pois integrado num conjunto sistêmico de outros projetos com origens nas décadas de 1880 e 1890, momento em que se definia o traçado da cidade.

Unindo sua figura *fáustica* - aquele que concebe e dirige o domínio público, segundo Berman<sup>9</sup> - aos papéis exercidos na cidade (médico e prefeito) - sua *persona*, segundo Maffesoli<sup>10</sup> -, Macedo Bittencourt construía para si a imagem de homem benemérito e empreendedor.

O "arcaico", munido de outras facetas, ocultava-se astutamente nas saias da legalidade: a violência, a fraude, a nomeação, os interesses privados e o prestígio político eram subtraídos pelo discurso competente dos administradores, pela defesa da "coisa pública" e pelo espírito "nobre" dos coronéis. Nos relatórios oficiais de prefeito, por exemplo, a escrita (e o poder que ela emanava) nem sempre respeitava a suposta distinção entre público e privado. Era o "moderno" conduzido pela força do "arcaico"... Um trecho do relatório apresentado à Câmara por Macedo Bittencourt em janeiro de 1920 ilustra o terreno movediço em que se modernizava a cidade:

(...) Assim, tendo de dirigir-me todos os anos aos mesmos vereadores que, pela assiduidade e interesse que davam ao exercício de seus cargos, conheciam perfeitamente os menores detalhes da administração municipal, e tendo os municípios conhecimento de todos os atos que praticávamos, não se me afigura tão imperiosa a obrigação de publicar as exposições por mim dirigidas à Câmara sobre o andamento dos negócios públicos.

<sup>9</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 14ª reimpressão, 1997, p. 73. Neste artigo, vejo Bittencourt como um homem que "encarnava" o mito de *Fausto*, promotor e vítima do novo, ou seja, das novas experiências do viver urbano numa cidade do interior de São Paulo durante o auge da produção cafeeira.

<sup>10</sup> MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Vozes, 1996, 350 p. Segundo este autor, o conceito de *persona* é empregado para diferenciar das noções modernas de indivíduo e identidade, e significa os vários papéis (máscaras) assumidos pelo indivíduo para relacionar-se com um universo em que predomina a emoção à razão. A ação e a relação eficaz de Bittencourt no interior da sociedade ribeirãopretana era possibilitada pela representação de vários papéis que lhe conferiam uma respeitabilidade no cenário da cidade.

Hoje, porém, que, terminado o nosso mandato, vamos entregar o município aos dignos e prestantes cidadãos que, na última eleição, receberam a incumbência de dirigi-lo, não quero, nem posso, furtar-me ao dever de mencionar neste relatório, para ser dado à publicidade, tudo o que fizestes em seu proveito, pelo seu progresso e pela sua prosperidade, durante os nove anos em que vos estiveram confiados os seus destinos.

Faço-o sem qualquer constrangimento porque, compreendendo bem o espírito da lei que criou dentro das Câmaras o cargo de Prefeito, sempre me considerei, ao exercê-lo, um mero executor das vossas deliberações e daí a sincera convicção, que nunca deixei de ter, de ser bem pequena a minha parte em tudo o que se fez de útil e de proveitoso a esta terra boa que vivemos<sup>11</sup>.

A valorização da ampliação e do embelezamento dos espaços de circulação e comunicação de pessoas e mercadorias já existentes na cidade e abertura de novos espaços, ruas, praças, avenidas e estradas de rodagem seguiam, concomitantemente, a tônica da cidade “cartão-postal” e da cidade “aberta”<sup>12</sup>.

Tão logo assumiu o governo, Bittencourt realizou uma importante intervenção. Através de um contrato de cinco prestações – num total de 191:958\$700 contos de reis – pagas (em forma de empréstimos) entre 1915 e 1919, ele possibilitou a abertura e posterior calçamento da Avenida da Saudade, em 1911 - via esta que rasgava o bairro Campos Eliseos em direção ao centro e, do lado oposto, ao Cemitério Municipal.

A obra, sem dúvida, cumpria parte dos fundamentos urbanísticos *haussmanianos* como a aeração, o embelezamento e garantia, principalmente - dado o trajeto de automóveis e passantes com cadá-

<sup>11</sup> ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920 pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, prefeito municipal*. Fundo: Prefeitura/Câmara Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Relatórios de prefeitos (1920).

<sup>12</sup> PESAVENTO, *O imaginário da cidade...*, op. cit., p. 58. Como diz Lewis Mumford: “[...] a generalizada geometrização do espaço, tão característica do período, teria sido inteiramente sem função, não houvesse facilitado o movimento do tráfego e dos transportes, ao mesmo tempo que servia como manifestação do sentido dominante da vida (...) A aceleração do movimento e a conquista do espaço, o desejo febril de ‘chegar a alguma parte’ eram manifestações da contagiosa ambição de poder” (p. 399). MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 4ª ed., 1998, 741p.

veres rumo ao Cemitério -, a condição higiênica dos corpos e, por extensão, da própria urbe<sup>13</sup>. Assim a defendia Macedo Bittencourt:

A cidade exige que se lhe reforme o calçamento, substituindo o condenado macadame com que administrações anteriores entenderam pavimentar as suas ruas. Reconhecendo o erro em que incidiram os nossos antecessores e devendo-se calçar ruas inteiras e prolongar o calçamento de outras macadamizadas, adotou-se o critério de prosseguir no destas e fazer o daquelas à paralelepípedo.

Das vias públicas, as que mais necessitavam deste benefício eram a rua Saldanha Marinho e a **Avenida da Saudade**, caminho forçado para o cemitério, onde só se podia chegar varando espessas nuvens de pó vermelho, levantado pelos veículos em movimento, ou, no tempo das chuvas, através de horrível lamaçal, tornando-se por isso, verdadeiro suplício acompanhar-se um enterro em Ribeirão Preto (...)

A Avenida da Saudade, cujo calçamento, como já disse, foi **feito por empreitada**, tem 1328 metros de comprimento e 10 de largura, afora o passeio, que mede 3 metros de cada lado e o refúgio, no centro, que tem 4 metros e está arborizado em forma de túnel, para abrigo das pessoas que se dirigem a pé para o cemitério<sup>14</sup>. (grifos meus)

Por sua vez, o crescimento da população, à medida que a cidade se expandia, criava novos obstáculos para a concretização do projeto de modernização. Segundo os dados demográficos divulgados em 1912, Ribeirão Preto possuía no município 60.000 habitantes<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> A interface entre a higiene urbana e a higiene dos corpos como princípios disciplinadores e definidores de um ideal de cidade, é discutido com fôlego em obra de: SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio/São Paulo, Ed. Record, 2ª ed., 2001, 362 p.

<sup>14</sup> *Relatório...*, op. cit., p. 14-42.

<sup>15</sup> ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*. Sá, Manaia & Cia., s. n., 1913. Ver também: VALADÃO, Valéria. *Memória arquitetônica em Ribeirão Preto*. Franca, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Dissertação (Mestrado em História), 1997, 265 p.

Utilizando-se dos Códigos de Posturas, Bittencourt tentava eliminar das ruas e das habitações - tal como Pereira Passos durante as reformas do Rio de Janeiro (1903-06) - elementos ou comportamentos "inconvenientes". Fossem vendedores ambulantes ou mascates, fossem as casas destituídas de princípios higiênicos, fossem ainda os bêbados, gatunos e malandros que, respectivamente, freqüentavam os botequins, invadiam e roubavam residências e viviam nos becos escuros da cidade: todos representavam os sinais de "atraso" que rondavam Ribeirão Preto.

A modernização imposta aos habitantes pelas mãos "oficiosas" de administradores como Macedo Bittencourt, materializava-se também nos métodos "científicos" de vacinação e nas constantes presenças de fiscais em casas e estabelecimentos comerciais. O espectro de novas doenças epidêmicas rondava Ribeirão Preto, o que impelia as autoridades municipais a convocar o Governo do Estado, as Comissões Sanitárias e ilustres médicos brasileiros, como o Dr. Luiz Pereira Barreto, um dos grandes divulgadores das terras roxas na zona Mogiana<sup>16</sup>.

Os riscos de uma nova epidemia somados aos padrões estéticos das posturas referentes às construções e condições "racionalis" de moradia suscitavam nas autoridades municipais uma investida perene nos prédios localizados no centro e arrabaldes. As intimações eram freqüentes:

'Mercado': Foi, ontem, visitado o mercado municipal pelo Sr. dr. Delegado de Higiene, acompanhado do fiscal Jarbas Vieira. Foram feitas algumas intimações a inquilinos<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> BITTENCOURT, op. cit., p. 39. Os dados fornecidos pelos jornais e almanaques do período apontavam para a rapidez da eliminação da febre amarela no Município (menos de um ano), graças à ação conjunta da Câmara, delegacia da higiene e governo do Estado. Em 1906, o médico Luiz Pereira Barreto, em um artigo intitulado "Da higiene em Ribeirão Preto", concluía dessa forma a vitória das Luzes contra as trevas epidêmicas: "E a higiene triunfou (...) e a confiança renasceu recolocando o soberbo município cafeeiro em sua antiga senda de engrandecimento. A ciência jamais esquecerá a inestimável contribuição de provas que lhe forneceu Ribeirão Preto (...)". In: GUIÃO, João Rodrigues. *O Município e a cidade de Ribeirão Preto (1822-1922)*. Ribeirão Preto, Comemoração do primeiro centenário de Independência Nacional, 1922, p. 31. A origem desse processo histórico nos remete a um contexto anterior, presente, por exemplo, no Rio de Janeiro, com as intervenções médicas contra a varíola e a febre amarela e que se tornaram rotineiras com a demolição parcial de cortiços e no combate às epidemias. CHALHOUB, op. cit., p. 35.

<sup>17</sup> ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *A Cidade*. Ribeirão Preto, ano I, 1905.

As habitações se transformaram em um dos alvos prediletos das reformas urbanas da segunda metade do século XIX<sup>18</sup>. Se a “arquitetura externa” das casas permaneceria ao “gosto” do proprietário, o mesmo não sucederia com relação às regras de edificação/reforma interna das mesmas, em especial, as habitações coletivas. O perigo dos cortiços e demais espaços “insalubres”, focos de doenças e acúmulo de detritos orgânicos, poderiam criar futuros sinistros para Ribeirão Preto...

As tentativas da prefeitura em controlar o projeto e a execução das obras públicas/particulares, bem como os materiais exigidos pelas posturas – por intermédio do “supervisionamento” do engenheiro responsável – visavam adotar para a cidade (que entrava em franca expansão imobiliária) e aos seus moradores os critérios burgueses de “civildade”.

No relatório administrativo de 1920, Bittencourt caracterizou a adoção desses critérios:

(...) Assim, sob a direção deste ilustrado profissional (Dr. Antônio Soares Romeu, o engenheiro municipal), tendo como seu auxiliar o Cap. Jarbas Vieira de Souza, diligente e honesto funcionário que tão bons serviços tem prestado ao município, ficou organizada em 1912 a repartição de obras, que tem a seu cargo não só elaborar os projetos e plantas e dirigir as obras públicas municipais, como também fiscalizar as obras particulares. É patente a modificação que tiveram de então para cá as construções urbanas; o exame de todos os projetos, que só eram postos em execução depois de aprovados, a exigência de materiais de boa qualidade, a severa fiscalização para que as plantas não fossem alteradas, e as multas rigorosamente impostas aos que se furtaram à observância das prescrições legais fizeram com que as novas habitações de Ribeirão Preto ofereçam agora muito melhores condições de solidez, de higiene e de conforto (...)<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Sobre este assunto ler: LEMOS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1999, 108 p. FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 4ª edição, 1978, 211 p.

<sup>19</sup> *Relatório...*, op. cit., p. 28-33.

A sociedade forjada nessa volúpia de modernizar-se também cobrava das autoridades as benesses urbanas, e, no caso das edificações, mesmo à custa de intimações e multas da prefeitura. Foi o caso de Remigio Borozzi, morador na rua (hoje avenida) Jerônimo Golçalves, no número 46, que, segundo a Inspeção Sanitária, fora intimado em 09 de julho de 1918 a realizar os seguintes serviços em sua obra:

Eliminação completa do porão por aterro ou a adoção de meios que assegurem a perfeita iluminação e aeração, a juízo desta Delegacia; b) Substituição dos soalhos por ladrilhos em todos os cômodos, só sendo admitidos soalhos nos aposentos de dormir; c) O preparo conveniente da latrina; d) A limpeza geral, a caiação e pintura; sob as penas da lei.

Dois dias depois, em um requerimento enviado ao prefeito Bittencourt, Borozzi argumentou da seguinte forma:

O abaixo assinado, vem mui respeitosamente requerer de V. Sa. (sic) a devida licença para executar as obras exigidas no prédio nº 46 da Rua Jerônimo Gonçalves, de acordo com a nota junto da Comissão Sanitária. Nestes termos, pede deferimento.

A iniciativa que resultou no deferimento do pedido<sup>20</sup>.

A imagem "ruralizada" de animais circulando livremente pelas ruas, a presença "desconfortável" de vendedores e engraxates pelo passeio recém-calçado, edificações sem critérios "racionais" e outras cenas "bárbaras" incomodavam os *dândis* de plantão e, não menos, os barbaças da municipalidade, que, familiarizados com o manuseio raramente imparcial da lei, procuravam coibir outras "faces" da cidade. Essa era a ordem de Macedo Bittencourt:

<sup>20</sup>ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. *Diretoria do Serviço Sanitário*. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Administração; Subgrupo: Requerimentos (1918).

'Câmara Municipal': 'Tendo sido apreendido pelo fiscal Severiano de Moraes Velho em Santa Cruz do José Jacques (arrabalde da cidade) umas quinquilharias que um mascate turco as mercava sem estar empossado da necessária licença e não tendo o mesmo até essa data procurado procurado (sic) essas mercadorias, de ordem do Sr. Dr. Prefeito Municipal faço ciente que serão as mesmas levadas em leilão no dia 27 do corrente às 15 horas para pagamento de multa e mais despesas, de acordo com o Código de Posturas (...)'<sup>21</sup>.

Mas não eram apenas eles que alimentavam o sonho urbano do "país do café". Para Martinho Botelho, membro da elite cafeeira, as imagens da cidade pareciam consolidar os projetos elitistas de urbanização e modernização de Ribeirão Preto e causar, aos *olhos* do mundo, os "progressos" do interior paulista. Ao mesmo tempo, contribuíam para criar uma paisagem urbana *fantasmagórica* durante a administração de Macedo Bittencourt:

Cortadas de belas ruas e largas avenidas, calçadas e betumadas, bordados de construções particulares e estabelecimentos de comércio fortemente iluminada à eletricidade e com abundante serviço de água potável, Ribeirão Preto é um grande centro urbano, beneficiando de todo o confortável material de vida, e de todos os prazeres da civilização moderna (...). O comércio tem um desenvolvimento completo e supre a vida social com todas as exigências do viver moderno (...). Os teatros, os cinemas, os concertos públicos, as brasseries e os restaurantes, contentam os prazeres da vida noturna do movimentado capital do Oeste Paulista(...)<sup>22</sup>

<sup>21</sup> RIO DE JANEIRO. Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto, ano XI, jan/jun 1915.

<sup>22</sup>RIBEIRÃO PRETO. Arquivo Público e Histórico. *Brazil Magazine*: 'Le Pays du Café'. Revista Illustrada d'Arte e Actualidades. Rio de Janeiro, ano V, nº 57, 1911, p. 30-31. O artigo de Martinho Botelho pode ser entendido também pela análise de Sérgio Lage: "A experiência social da vida moderna (...) condiciona a sensibilidade e a experiência subjetiva de seus habitantes, da mesma maneira que sofre impactos das respostas e reações espontâneas individuais frente ao excesso de estímulos do 'tempo do dinheiro'". In: CARVALHO, Sérgio Lage T. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. *Revista USP*, dez/fev 1996-97, p. 129.

Para continuar a materializar aqueles “prazeres” e o “viver moderno” na cidade, as autoridades municipais promoviam o desenvolvimento de novos espaços urbanos. Sustentados pelo *produto-mundo*<sup>23</sup>, Macedo Bittencourt, Cel. Francisco Schmidt e o Dr. João Alves Meira Jr. – respectivamente, o prefeito e os presidentes da Câmara no período abordado – puderam investir em novas obras públicas e no reparo de outras.

Na ânsia de embelezar a cidade, o poder encenava a tão desejada *modernidade*... A necessidade de se erigir um prédio público à altura que o município atingia no Estado concretizou-se, por exemplo, na edificação do Palácio *Rio Branco* (sede da Câmara Municipal e atual Prefeitura) em maio de 1917, projeto e execução do engenheiro Antônio Soares Romeu durante a administração de Joaquim Macedo Bittencourt.

Com fortes ressonâncias do estilo eclético, a obra difundia o cosmopolitismo e a pujança da elite ribeirãoopretana – que viajava a negócios pela capital ou a passeio pela Europa, bem distante do estigma de *caipiras*<sup>24</sup>. Para homens como Schmidt, Junqueira, Bittencourt ou Martinho Prado Jr., ser *caipira* era igual ao *sertão*: sempre se localizava em rincões adiante...

Um outro exemplo eram os constantes informes da prefeitura sobre o estado do calçamento:

<sup>23</sup> “O capitalismo se entranhava no plantio célere, mas ao mesmo tempo geométrico, simulando o racional pouco existente, do grão mágico da opulência, cuja florada perfilhada anunciava o progresso e a hierarquização dos ganhos, desse produto que cada vez mais ganhava o *theatrum mundi*, numa escala cada vez mais vertiginosa, como produto-mundo” (p. 248). In: DOIN, Capitalismo bucaneiro..., op. cit.

<sup>24</sup> A utilização do termo *caipira* não designa tanto aquela figura pacata, rústica e marginalizada que desfila por memórias e trabalhos historiográficos, mas para demarcar um fértil manancial de pesquisas pelo interior paulista e atentar para a existência de uma tradição caipira inventada, questionável, se pensarmos que homens como Joaquim Macedo Bittencourt, que se tornaram membros da elite cafeeira, ou mesmo qualquer cidadão, não se reconheciam *caipiras*, o que desafia o conceito de *tradição inventada*, um conjunto de práticas - rituais ou simbólicas - reguladas por regras tacitamente aceitas que inculcam determinados valores e comportamentos. Afirimo que nenhum ribeirãoopretano se reconhecia como um *caipira*. Sobre o “caipira” na capital paulista: KOGURUMA, Paulo. A Saracura: ritmos sociais e temporalidades na metrópole do café (1890-1920), p. 81-99. In: *Revista Brasileira de História*, Dossiê identidades/alteridades, São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 19, nº 38, 1999, 318 p. Sobre a “tradição inventada”: HOBBSAWNM, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 316 p. Na introdução, Hobsbawn define por tradição inventada um conjunto de práticas - rituais ou simbólicas - reguladas por regras tacitamente aceitas que inculcam determinados valores e comportamentos através da repetição, que, para ele, é a palavra-chave do processo.

'Melhoramentos da cidade': O sr. dr. Macedo Bittencourt, prefeito municipal, mandou prolongar o calçamento a paralelepípedos da rua General Osório no trecho compreendido entre as ruas Tibiriçá e Visconde de Inhaúma.

Os trabalhos foram iniciados ontem<sup>25</sup>.

O citado crescimento demográfico e a expansão imobiliária poderiam assumir, de forma ambígua, a face "bárbara" do processo urbano, expondo a nu os nem sempre eficientes serviços públicos. Ou seja, não foram apenas os *ideais* e as experiências da elite<sup>26</sup> que sobrepujaram na cidade.

Era através da lente da sociedade, nem um pouco *caipira*, que se desnudavam os emblemas e impasses da *modernidade* em Ribeirão Preto:

'O calçamento': Escrevem-nos:

'Sr. Redator - Interpretando a vontade dos moradores dos prédios que ficam nos quarteirões da rua S. Sebastião, entre as ruas S. João e Garibaldi (em seguida à 'Casa de Saúde'), viemos hoje chamar a atenção dos poderes municipais, a fim de que o calçamento seja levado até aquele ponto, pois o trânsito ali é muito grande e os prédios que foram nesse local construídos são de arquitetura moderna. Além disso, existem outros pontos muito afastados e menos importantes que já gozam dessa regalia, como os altos da rua Liberdade, por exemplo, para não citar outros. Estamos certos que a justiça deste pedido reclamará uma pronta providência por parte do operoso dr. prefeito municipal, especialmente agora que está sendo calçado mais um quarteirão da rua Américo Brasiliense, que fica muito próximo do local referido<sup>27</sup>.

<sup>25</sup> RIO DE JANEIRO. Fundação Biblioteca Nacional. *A Cidade*. Ribeirão Preto, ano XV, mai/ago 1919.

<sup>26</sup> NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 383 p.

<sup>27</sup> *A Cidade*, op. cit., 06/06/1915.

É imprescindível deixar claro que tal arroubo de *modernidade*, nascida em solos interioranos, não era diretamente distribuída por todos os habitantes da cidade. Havia nesse processo um véu de exclusão social que ficava latente na ocupação dos bairros distantes do centro pelos pobres urbanos. A população ocupava diferentes profissões e estabelecimentos na cidade e reclamava para si os mesmos benefícios concedidos à elite cafeeira, como podemos ver através dos Atas da Câmara Municipal<sup>28</sup>:

Representação dos moradores de Villa Tibério à Avenida Luiz da Cunha, no trecho compreendido entre as ruas Conselheiro Saraiva e Barão de Cotegipe, pedindo iluminação publica.

Requerimentos de diversos negociantes ambulantes pedindo redução de impostos de seu commercio (...) o parecer foi por elle unanimemente aprovado.

A população participava do processo de modernização da cidade e, muitas vezes, exigia de Macedo Bittencourt uma moderna e eficaz intervenção nos espaços urbanos, como calçamentos de ruas e praças, sistemas de água e esgotos e iluminação pública. *Fausto* pagava um alto preço ao se unir a *Mefisto*...

O tom crítico e irônico poderia se acentuar e expressar até uma certa negligência e descaso das autoridades diante das mazelas vividas pela maioria dos habitantes:

'Uma medida urgente': 'Escrevem-nos':

Exmos. Srs. drs. Redatores do 'Diário da Manhã:

*Muito gratos vos ficaremos se essa benemérita falha chamasse a esclarecida atenção do distinto doutor prefeito municipal para o perigo que está correndo grande parte do próspero e futuroso bairro do Barracão, com a já cognominada 'represa da morte'*

<sup>28</sup> RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal. *Atas da Câmara* (1912-1917). Microfilmado, rolo 58-A, flash 06, nº 10.

que é a longa e profunda vala cheia de água estagnada, lodosa e pútrida que se estende ao longo da antiga usina da Empresa de Luz, nos terrenos do Sr. Pedro Geraldo. Essa represa, que exala um mau cheiro terrível, já tem ceifado algumas vidas preciosas de pobres operários e levado o impudismo, com a sua negra corte, em grande parte do Barracão. Além disso, srs. redatores, o cano mestre de esgoto que é sempre fechado em frente à antiga usina, é em aberto (sic), indo os detritos dessa parte até o rio em cano aberto fazendo 'pendent' com a horrível fedentina da represa.

Só se vendo, srs. redatores, é um horror! Urge que a digna prefeitura que com aplausos gerais cuida do embelezamento da cidade, ormando-a com suntuosos jardins, protegendo a burguesia dos incêndios, cuide também da sorte dos pobres suburbanos, protegendo contra as epidemias e a inevitável morte. O sr. dr. Prefeito que é um médico notável e homem de coração generoso, se se der ao trabalho de ir até a antiga usina, estamos certos, voltará horrorizado e mandará incontinenti sanear aquele infeliz recanto da cidade.

Aqui fica o nosso apelo, srs. redatores. Ide ou mande algum até lá e então vereis o quanto é justo o nosso reclamo.

Moradores do Barracão<sup>29</sup>.

Entre os anos de 1911 e 1912, Ribeirão Preto atravessou uma grave crise de abastecimento de água que se iniciara desde que a primeira rede fora instalada no município, em 1898. O período longo de estiagem escasseara o principal reservatório d'água (o reservatório *Schmidt*, propriedade, talvez, do próprio coronel). A partir de 1909, as críticas e conselhos de anônimos intensificaram-se e revelavam os desejos da população.

Intitulado *A Questão das Águas*, o problema tornou-se patente em fevereiro de 1911, quando as queixas de moradores de Vila Tibério sobre o abastecimento atingiam o poder público e exigiam providências, entre elas, a construção de um novo sistema de capta-

ção d'água. Disseminando-se a outros bairros, como o Barracão, as autoridades se viram forçadas a promover um exame "científico" dos mananciais que recortavam o município: o rio *Pardo* e os córregos *Retiro* e *Ribeirão Preto*. As matérias na imprensa eram bastante contundentes, notadamente, quanto ao uso das águas do primeiro e a relevância de obras, como o Corpo de Bombeiros, recém-inaugurado.

Liderados pelo prefeito Bittencourt e João Quevedo (engenheiro da Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto) – e assessorados por dois ilustres engenheiros-sanitaristas da época, os doutores Saturnino de Brito (engenheiro-chefe das reformas em Santos, São Paulo e Recife) e Artur Motta (diretor da Repartição de Águas do Estado de São Paulo) – o projeto abarcava analisar a qualidade e as formas de captação das águas do rio *Pardo* para abastecer os bairros<sup>30</sup>. Somavam-se a isso dois fatores primordiais: o incontornável desperdício de água pela população e o descrédito da mesma com a eficiência da rede de distribuição.

Ao retornarem da visita ao manancial e chegarem à segunda estação elevatória – localizada no distante bairro do *Tanquinho* –, Bittencourt, Quevedo e Saturnino de Brito penetraram no quintal de uma casa na rua Saldanha Marinho, centro da cidade. Ali existia uma torneira servida pelas águas do *Pardo*. Após recolherem amostras daquele servidor, eles cruzaram com uma mulher que lavava peças de roupa junto à torneira e

(...) julgando que os visitantes quisessem beber água, ofereceu-se para trazer da água que tinham em casa 'pois d'aquela do encanamento não se bebia'.

- *Porque?* – perguntamos.

- *Porque dá maleitas. Nós bebemos água da cisterna (...)*<sup>31</sup>

A solução encontrada pelo prefeito foi adotar o uso de filtros de areia indicados por Artur Motta e modernizar a canalização das águas do *Córrego do Retiro* com a introdução de bombas elétricas. A

<sup>31</sup> *Diário da Manhã*, op. cit. O assunto fora tratado pelos vereadores em 16/02/1912.

<sup>30</sup> RIBEIRÃO PRETO. Arquivo Público e Histórico. *Diário da Manhã*. Ano XIV, jan/jun 1912.

partir desta crise, iniciou-se na cidade um sistema mais “racional” de controle de custos e fornecimento de água aos moradores: o uso obrigatório de hidrômetros.

Ilmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal da Câmara de Ribeirão Preto.  
Diz o abaixo assinado que desejando mandar construir um prédio de sua propriedade para a própria morada nesta cidade de Ribeirão Preto, Rua Avenida Antártica, contíguo ao nº 9 vem apresentar a planta em duplicata para o mesmo, obrigando-se a construir com os materiais que exige o Código de Posturas Municipais, obedecendo a solidez, altura, luz e ventilação e sendo de justiça pede a Vs que digne-se ordenar a precisa licença.  
P. deferimento.

R. Preto, 17 Novembro 1913.

Leo Rocchi.

Como requer, empregando na construção os materiais exigidos pelo código de posturas e colocando no prédio um hidrômetro ‘Frager’. R. Preto, 17-11-1913. Dr. Macedo Bittencourt<sup>32</sup>.

Contudo, as deficiências técnicas ainda seriam sensíveis. Em entrevista ao jornal *Diário da Manhã*, de 12 de outubro de 1913, Bittencourt afirmava serem a ausência de água (e sua distribuição) e a poeira nas ruas e quintais as questões mais difíceis de se solucionar. Este discurso, típico de uma sociedade de homens cordiais, revela o indelével atrelamento da coisa pública aos compassos da vida política nacional, morada privativa e deleitosa dos coronéis.

## Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 6ª ed., 1993, 348 p.

<sup>32</sup> RIBEIRÃO PRETO. Arquivo Público e Histórico. *Pedidos de aprovação de plantas*. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Desenvolvimento rural e urbano; Subgrupo: Obras particulares, requerimentos e petições (1905-1920). Sobre a introdução de hidrômetros em Belo Horizonte, ver: ROSA, Eleonora Santa (et. all.). *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, 314 p.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1ª ed., 1987, 277p. (Obras Escolhidas, 2).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 14ª reimpressão, 1997, 360 p.

BITTENCOURT, Edgar de Moura. *Joaquim Macedo Bittencourt, meu pai: Recordações da casa paterna*. São Paulo, APHRP, 1983, 119 p.

CARVALHO, Sérgio Lage T. A saturação do olhar e a vertigem dos sentidos. São Paulo, *Revista USP*, dez/fev 1996-97, p. 126-155.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 190 p.

CHARLOT, M. & MARX, Roland (org.). *Londres (1851-1901): A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, Coleção Memória das cidades, 1993, 191 p.

DOIN, José Evaldo de Mello. A régua e o compasso nas terras do café: a *haussmanização* das cidades do interior paulista na República Velha. *Anais do XI Encontro Regional de História*. "História e exclusão social", p. 54-57. Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes. ANPUH/MG, 27 a 31 de julho de 1998.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)*. Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Tese (livre docência em História), 2001, 2 vol., 732 p.

FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 4ª edição, 1978, 211 p.

GUIÃO, João Rodrigues. *O Município e a cidade de Ribeirão Preto (1822-1922)*. Ribeirão Preto, Comemoração do primeiro centenário de Independência Nacional, 1922, 93 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 220 p.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977, 343 p.

\_\_\_\_\_. & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 316p. (Coleção Pensamento crítico, 55).

KOGURUMA, Paulo. A Saracura: ritmos sociais e temporalidades na metrópole do café (1890-1920), p. 81-99. In: *Revista Brasileira de História* (Dossiê identidades/alteridades). São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 19, nº 38, 1999, 318 p.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos, 1870-1913*. São Paulo, Hucitec, Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria da Cultura, 1996, 270 p.

LEMONS, Carlos. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1999, 108 p.

LUBAMBO, Cátia W. *Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero, a reforma urbana do início do século XX*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991, 168 p. (Coleção Gilberto Freyre, 1).

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Vozes, 1996, 350 p.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 4ª ed., 1998, 741 p.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 383 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris-Rio de Janeiro-Porto Alegre*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999, 393 p.

\_\_\_\_\_. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997, 231 p.

ROSA, Eleonora Santa (et. alli.). *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, 314 p.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Haussmann: Os limites da comparação. O caso de Belo Horizonte. São Paulo, *Revista USP*, v. 26, 1995, p. 195-205.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio/São Paulo, Ed. Record, 2ª ed., 2001, 362 p.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das letras, 2ª reimpressão, v. 3, 1998, 724 p.

VALADÃO, Valéria. *Memória arquitetônica em Ribeirão Preto*. Franca, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Dissertação (Mestrado em História), 1997, 265 p.